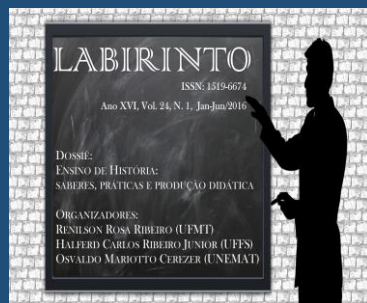


UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO INTERDISCIPLINAR
DE ESTUDO E PESQUISA DO
IMAGINÁRIO SOCIAL



REVISTA LABIRINTO
ANO XVI
VOLUME 24
(JAN-JUN)
NÚMERO 2
2016
APRESENTAÇÃO
DOSSIÊ

APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ

ENSINO DE HISTÓRIA: SABERES, PRÁTICAS E PRODUÇÃO DIDÁTICA [NÚMERO 2]

PROF. DR. RENILSON ROSA RIBEIRO (UFMT)

PROF. DR. OSVALDO MARIOTTO CEREZER (UNEMAT)

PROF. DR. HALFERD CARLOS RIBEIRO JUNIOR (UFFS)

[ORGANIZADORES]

É com imensa alegria e sentimento de realização que trazemos ao público o **segundo número** do dossiê “**Ensino de História: saberes, práticas e produção didática**”, composto por artigos de pesquisadores pertencentes ao quadro docente de escolas da educação básica, de universidades públicas e privadas e alunos da graduação e pós-graduação, de diferentes regiões do Brasil. A diversidade e a riqueza das temáticas apresentadas, demanda-nos uma importante reflexão a respeito do imenso potencial representado pelos estudos em andamento nesse “país continental” sobre o Ensino de História. De norte a sul e leste a oeste, encontramos pesquisadores/professores, grupos e núcleos de estudos e programas de pós-graduação em educação e história com trabalhos voltados para os seguintes temas: propostas curriculares, saberes e práticas docentes, aprendizagem histórica, teorias e metodologias do ensino, historiografia e memória, produção didática e paradidática, etc. A cada mês somos brindados com coletâneas, livros, dossiês em periódicos e anais de evento tendo a história ensinada no centro do debate – fato que nos motiva e lança novos campos de possibilidades e perspectivas analíticas.

Ter a proposta desse dossiê acolhida de forma tão generosa e compromissada pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), por meio da *Revista Labirinto*, mostra a força e a relevância da região Norte do Brasil como espaço para atuação e pesquisas na área. Isso explica a quantidade significativa de artigos recebidos no edital de chamada para o dossiê congregando diferentes olhares sobre o Ensino de História, o que permitiu o projeto de dois números ricos, densos e diversificados. Nesse sentido, temos de registrar o nosso agradecimento a tod@s que aceitaram esse convite aberto a comunidade e ofereceram suas contribuições para essa publicação.

Em um momento tão delicado da história política e social do Brasil, permeado por golpismos de toda ordem, restrição de direitos básicos de cidadania e retrocessos democráticos – traduzidos em projetos como “Escola Sem Partido” – a educação e o Ensino de História emergem como espaços de lutas, resistências, esperanças e perspectivas. Falar da pluralidade do ensinar e aprender (história) hoje é defender a democracia, a liberdade de expressão/pensamento e as utopias políticas e humanistas. É a “invenção” do espaço público como condição de existência.

O presente volume apresenta dezesseis artigos relacionados ao dossiê, sete artigos na modalidade “artigos livres” e uma entrevista.

O primeiro artigo intitulado “*A história do povo negro no Brasil: um panorama sócio-histórico das relações raciais e currículo escolar*”, de Maureci Moreira de Almeida, apresenta uma reflexão, a partir da discussão curricular, acerca das relações raciais existentes no Brasil, passando pelas questões que envolvem a diferença, os aspectos que dizem respeito à formação de identidades sociais e as relações entre Brasil e África.

No segundo artigo denominado “*O uso de projetos temáticos nas aulas de História, construção coletiva do processo de ensino e aprendizagem*”, Antonio Alves Bezerra traz experiências desenvolvidas nas disciplinas de Prática de Ensino de história e Estágio Supervisionado II e III, tendo como objetivo a motivação de estudantes universitários à

docência do ensino de história na educação básica. Nesse sentido, discorre sobre a questão do uso da história temática e novas técnicas e linguagens no ensino e aprendizagem da disciplina em sala de aula.

Já o terceiro texto de autoria de Vitória Azevedo da Fonseca, “*Filmes no ensino de História visão dos livros didáticos: ‘use com moderação’*”, contempla uma abordagem crítica e problematizada das orientações presentes nos manuais escolares de História voltados aos docentes, no que diz respeito ao uso de filmes em sala de aula.

O texto de Itamar Freitas, “*As ideias de prova nos manuais de introdução à história dos ditos positivistas (1887-1996)*”, examina as ideias de prova nos manuais de história produzidos entre 1897 e 1926, por Gustav Droysen, Ernest Bernheim, Charles-Victor Langlois, Charles Seignobos e Wilhelm Bauer. Seu objetivo é mensurar os graus de simetria entre as referidas noções e as assertivas de Carlo Ginzburg a respeito do sentido e do lugar da prova (tomada pelo italiano por elemento seminal da Retórica de Aristóteles) como traço diferenciador da ciência da história e instrumento de ataque à meta-história de Hayden White.

No quinto artigo “*O Compendio de História do Brasil e seu leitor: suas marcas de leitura*”, Juliana Ricarte Ferraro discorre sobre as marcas de leitura no livro didático de autoria de José Antônio Borges Hermida, o *Compêndio de História do Brasil (1962-1975)*. As interações entre o leitor e o livro, materializados em intervenções diretas nas páginas do livro lido pelo seu leitor, através das anotações à margem, palavras grifadas, páginas dobradas e cortadas, deixam registros que nos fornecem indícios sobre as formas dos usos do livro, bem como as práticas de leitura e as práticas de ensino-aprendizagem.

Por sua vez, no artigo “*Discursos monarquistas e republicanos sobre Tiradentes nos manuais escolares de História do Brasil*”, Luciana Coelho Gama toma como objeto as representações discursivas produzidas por intelectuais monarquistas e republicanos a respeito de Tiradentes, tendo como fontes obras didáticas do século XIX e início do

século XX. Nesse sentido, examina os conteúdos dos manuais escolares de História do Brasil verificando os discursos a respeito do alferes e seu papel na Inconfidência Mineira.

O sétimo artigo “*Ensino de História, gênero e cidadania, algumas reflexões*”, de autoria de Fabiana Francisca Macena, realiza uma análise do protagonismo feminino e os modos de ler e dar a ler tais experiências em um livro didático do 2º ano do Ensino Médio, privilegiando a atuação de mulheres nas lutas políticas do século XIX brasileiro. Trata-se de uma análise inicial que permite avaliar o livro didático para além da presença e/ou ausência de determinados temas.

No oitavo artigo, “*História das lutas com os holandeses no Brasil: ensino de história e memória*”, Marcela Irian Angélica Machado Marinho, tomando por referência o episódio da invasão e expulsão dos holandeses no Brasil colonial, contempla reflexões acerca das noções de história e ensino de história, narrativa, memória e lugares de memória, tendo em vista a escrita da história no século XIX brasileiro. Ao longo do texto, a autora procura perceber o compromisso da escrita (narrativa) da história com o ideal da nação durante o Segundo Reinado – século XIX, levando em consideração os significados políticos e culturais dos usos do passado para a construção de uma memória (da nação).

O nono artigo “*Apontamentos sobre história digital: a internet nos livros didáticos do PNLD 2015*”, de autoria de Luyse Moraes Moura e Dilton Candido Santos Maynard, apresenta uma análise sobre a incorporação de sítios eletrônicos em livros didáticos de História aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para o Ensino Médio – 2015. A investigação observa as possibilidades e os problemas específicos enfrentados pelos historiadores que desejam investigar as tecnologias digitais ou fazer uso delas em seus estudos e na sala de aula.

Em “*Rubens de Mendonça e as Histórias de Mato Grosso: o poeta, historiador e jornalista*”, Nileide Souza Dourado propõe dar visibilidade aos significados da escrita, a

produção do texto e a organização da obra – “Centenário do Liceu Cuiabano (1879-1979)” – de autoria do poeta, historiador e jornalista Rubens de Mendonça. A referida obra foi escolhida pelo seu elevado valor cultural e por reconstituir historicamente a trajetória da instituição educativa e centenária de Mato Grosso – Liceu Cuiabano.

O texto de Osvaldo Mariotto Cerezer e Selva Guimarães, “*Ensino de História e (in)justiça: ações de combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e ações correlatas*”, propõe um breve panorama das ações políticas nacionais e internacionais de combate ao racismo, a discriminação racial, xenofobia e ações correlatas. Nesse cenário, os autores enfatizam as políticas de ações afirmativas implementadas pelas Leis n. 10.639/03 e 11.645/08, que tornaram obrigatório o estudo da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena em todas as instituições de educação básica brasileiras.

O artigo de Márcia Elisa Teté Ramos e Gisele da Silva Oliveira, intitulado “O livro didático “*Viver é descobrir*” (1988) e a narrativa histórica da cidade de Londrina - PR”, traz um estudo sobre o livro didático de Estudos Sociais da coleção “*Viver é descobrir*”, de Magda Madalena Peruzim Tuma, editado em 1988, que trata da História Local, no caso, da cidade de Londrina – PR. A partir da ideia de que o livro didático assume centralidade no ambiente escolar e que traz determinados sentidos preferenciais, as autoras destacam a narrativa que atualiza a história da cidade a partir da noção de “vazio demográfico” no período da colonização e de “pioneiro” como desbravador da região, em especial, o inglês.

As autoras Ana Paula Squinelo e Camilla Souza Cordeiro Campello, no artigo “*História, imagens e representações: Rocha Pombo e a Guerra do Paraguai no manual didático História do Brasil (1900)*”, analisam as imagens e representações construídas pelo autor Rocha Pombo em sua obra História do Brasil do ano de 1900; a edição que trabalhada é a 9ª e foi publicada pela Editora Melhoramentos; dedicando especial atenção aos conteúdos relacionados à temática da Guerra do Paraguai (1864-1870). Para

tal a autoria compreende o manual didático como fonte e objeto para o processo de investigação histórico e fundamenta as reflexões a partir dos estudos de Alain Choppin e Circe Bittencourt.

No artigo “*Rocha Pombo e o lugar dos povos indígenas na narrativa didática da nação*”, os autores Alexandra Lima da Silva e Renilson Rosa Ribeiro contemplam um estudo sobre o manual escolar “*História do Brasil (Curso superior)*”, publicado em 1924, pela Companhia Melhoramentos, do jornalista e professor de História da Escola Normal, José Francisco da Rocha Pombo, tendo por referência o lugar dos povos indígenas na sua narrativa didática da nação no contexto da Primeira República no Brasil.

Adriana Aparecida Pinto e Jackson James Debona, no ensaio “*Documentos e monumentos: um estudo das formas de registrar/contar a história em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: imprensa periódica e livros didáticos de ensino de história*”, procuram evidenciar as questões delicadas que envolvem o Ensino de História e a história regional. Nesse sentido, o artigo é uma contribuição para os diálogos em relação aos usos e formas de abordagem para a escrita história e da história da educação – tendo por base a imprensa periódica e os livros didáticos – no contexto de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul.

Por fim, o artigo “*Manuais de Didática da História no Brasil (1997-2013): diálogos com a legislação e a literatura científica*”, de autoria de Osvaldo Rodrigues Junior e Tania Braga Garcia, apresenta resultados de pesquisa que teve como foco compreender a natureza dos manuais de Didática da História no Brasil e explicitar elementos por meio dos quais eles dialogam com professores que ensinam História. Parte do pressuposto de que estes manuais compõem o código disciplinar da História e da Didática da História enquanto disciplina responsável por orientar o ensino da História. Assim, a autoria toma os manuais de Didática da História, produzidos entre 1997 e 2013, como fontes que permitem entender os processos de ensinar a ensinar em diferentes contextos históricos.

Abrindo a seção de artigos livres, Sheila Alice Gomes da Silva e Vanessa Machado Nunes, no artigo “*A Filosofia no Ensino Fundamental: reflexões sobre comunidades de investigação como estratégia na aplicação da Lei n. 10.639/03*”, propõem uma reflexão, a partir de uma discussão introdutória, sobre a Filosofia no Ensino Fundamental, destacando o papel das comunidades de investigação na implementação da Lei n. 10.639/03, auxiliando as crianças a adentrarem nas demais etapas da educação e na prática da cidadania.

Thiago Oliveira Neto e Ricardo José Batista Nogueira, no artigo “*Sociedades entre igarapés: as duas faces da Bela Manaós*”, trazem um estudo sobre a cidade de Manaus, do período correspondente ao final do século XIX e início do XX, quando sofreu inúmeras transformações, visando adaptar-se ao capitalismo internacional.

O artigo de Giuslane Francisca da Silva, intitulado “*Olhares sobre a cidade: narrativas sobre a modernidade, Cáceres/MT nas primeiras décadas do século XX*”, busca pensar a cidade de Cáceres, localizada na fronteira oeste de Mato Grosso, nas primeiras décadas do século passado, na ótica de uma parcela de seus moradores.

Em “*Lugares de memória: os judeus na cidade de Campinas*”, Ariel Elias do Nascimento aborda como a coletividade judaica, proveniente de fluxos migratórios, presente na cidade de Campinas, construiu seus espaços de memória. Nesse aspecto, a autoria aborda como que estes espaços de memória dialogam com a própria história de formação da cidade paulista, forjando um mosaico entre a vida pública e a vida privada, por meio das histórias de vida.

Em “*O termo presente – “experiência”: trabalhadores no universo das usinas de açúcar na região do Vale do São Lourenço-MT*”, Rodolfo Souza Costa investiga o cotidiano de trabalhadores canavieiros sazonais e locais, na região do Vale do São Lourenço-MT, entre os anos de 1972 e 2012, que apesar de desempenharem papel importante nesse setor produtivo, não tem sido devidamente abordados na historiografia mato-grossense.

Por fim, Arthur Victor Gonçalves Gomes de Barros, no artigo “*A Conferência do Nordeste por meio dos jornais (1962)*”, realiza uma breve análise a respeito da IV Reunião do Setor de Responsabilidade Social da Igreja ligado a Confederação Evangélica do Brasil, realizada na Cidade do Recife, em julho de 1962. A Conferência do Nordeste, como ficou conhecida, foi à quarta reunião do Setor de Responsabilidade Social. As outras reuniões, realizadas entre 1955 e 1962 tinham como objetivo encontrar uma base teológica para uma revolução social da igreja protestante.

Na sessão de entrevistas, Daniel Martins Valentini apresenta uma entrevista com administradora e atriz Ety Fraser, ligada à história do Teatro Oficina, nos anos 1960. A entrevista com a atriz foi realizada em 18 de julho de 2013, no seu apartamento em São Paulo.

Desejamos a tod@s uma excelente leitura e registramos [mais uma vez] nosso compromisso e luta por uma sociedade/educação democrática, plural e solidária.

Os organizadores.